

## **IDENTIDADES QUILOMBOLAS E TERRITÓRIOS EM DISPUTA NO CERRADO DO AMAPÁ**

Liliane Rodrigues Soares<sup>1</sup>

### **Resumo**

A formação social dos quilombos no Amapá está relacionada ao processo histórico de conquista da Amazônia. Atualmente, os territórios quilombolas convivem com a acelerada apropriação de áreas no seu entorno para usos distintos, desdobrando-se em possíveis tensões e conflitos ao longo da BR 210 e AP 070. Busca-se compreender a relação entre os conflitos territoriais e a identidade das comunidades do Ambé e do Curiaú no Amapá, a natureza desses conflitos e de que modo “ameaçam” a identidade quilombola.

**Palavras-chave:** Conflitos, Quilombolas, Identidades.

### **Introdução:**

A pesquisa originou-se do Doutorado Interinstitucional firmado entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no ano de 2016. A proposta de pesquisa insere-se na linha de pesquisa: *Dinâmica Sócio Espacial*, e a pesquisa visa elucidar as relações entre os conflitos territoriais e a identidade das comunidades quilombolas localizadas no município de Macapá, no sudeste do Estado do Amapá. O estudo sócio espacial desenvolve-se nas comunidades Ambé e Curiaú, cujo acesso ocorre por via terrestre pela rodovia BR-210 e AP-070, respectivamente.

Diante disso, propõe-se a investigar os conflitos envolvendo comunidades quilombolas, interpretando a natureza dos conflitos e suas influências nas identidades quilombolas. Assim, o artigo se propõe a dialogar a respeito dos primeiros resultados constituídos sobre a temática.

O Estado do Amapá está localizado na margem esquerda do Rio Amazonas, faz fronteira com a Guiana Francesa, Suriname e Pará. Sua formação territorial inicial da colonização portuguesa do Vale Amazônico, chamado de Capitania do Cabo Norte. Suas terras pertenceram ao Estado do Pará até o ano de 1943, quando foi desmembrado e transformado em Território Federal do Amapá. Em 1988, foi transformado em Estado (LIMA; PORTO, 2008).

---

<sup>1</sup> UFG/UNIFAP. lilianesoares@unifap.br

As comunidades quilombolas no Amapá são originárias de dois movimentos de ocupação do território: o primeiro refere-se fuga da escravidão: e, o segundo, a migração de núcleos familiares em busca de novas áreas para agricultura e trabalho, que se fixaram no Rio Araguari e nas cercanias do Rio Pedreira (SUPERTI; SILVA, 2015).

Para esse estudo, o recorte abarca as ocupações da região do Vale do Rio Pedreira, por haver maior concentração de comunidades quilombolas. Destaque-se a comunidade do Curiaú que está numa área que sofre pressão pelo avanço urbano sobre suas terras. Além disso, por possuir uma superposição de territórios, dos quais, cite-se uma Área de Preservação Ambiental (APA) junto ao território quilombola, o que estabelece medidas para o uso do território. Além disso, é cortada pela rodovia AP-070, a qual dá acesso à várias outras comunidades e outros municípios do Estado, sendo intenso a circulação de veículos e pessoas que atravessam o quilombo. A outra comunidade também estudada é o Ambé, que atualmente tem parte de suas terras ocupada pela iniciativa privada com o plantio de soja, além de possuir várias propriedades no seu entorno com uso voltado para fins de lazer, o que afeta a cultura e os territórios quilombolas, sendo, portanto, motivo de conflitos.

Segundo Silva (2012), em 2011 haviam 138 comunidades quilombolas identificadas em todo o Estado. Estudos posteriores de Superti e Silva (2015) apontam que destas, 28 comunidades possuíam no ano de 2013 a certidão de auto reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares. E, que entre estas, somente 4 possuíam o título de propriedade emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo elas: Curiaú (1999), Mel da Pedreira (2007), Conceição do Macacoari (2006), localizadas no município de Macapá; e São Raimundo do Pirativa (2013), localizada no município de Santana.

Nas últimas duas décadas as comunidades quilombolas se organizaram internamente e buscaram a certificação junto às instâncias governamentais, reforçando os laços culturais que lhes permitem a coesão no sentido de se compreender e se declararem remanescentes de quilombos. Atualmente está em tramitação junto INCRA 30 processos em aberto e em fases distintas de andamento solicitando a regularização das terras.

Na atualidade, essas comunidades desenvolvem basicamente a agricultura, combinadas com a pecuária e o extrativismo, sendo a terra sua principal fonte de sobrevivência. Dependem diretamente das roças, matas e rios para sobreviverem e estão organizados num sistema de uso comum da terra, em grupos familiares para uso compartilhado dos recursos naturais. Assim, o

território é a garantia de continuidade de seus hábitos cotidianos, de seus ritos, o espaço de sua cultura.

As comunidades quilombolas do Vale do Rio Pedreira construíram relações de territorialidade bastante fortes apesar de pressões externas que ameaçam a manutenção e a posse de seus territórios. Nesse enfrentamento, demonstram resistência diante da mercantilização das relações e dos valores sociais em suas terras. Tais comunidades internalizam nas ações cotidianas, em seu modo de viver e compreender a vida, a identidade cultural que os une ao seu passado e que os define no presente.

A categoria território é fundamental ao desenvolvimento da discussão aqui proposta, pois apresenta-se como uma das referências para a construção da identidade e da territorialidade humana. O território de quilombolas é uma das expressões que se manifesta na diversidade social, econômica e cultural no meio rural brasileiro. Os processos de formação de identidades estão relacionados, principalmente, às formas de ocupação e aos usos que as comunidades tradicionais fazem do território. Percebe-se que a afirmação da identidade quilombola nessas comunidades, são mediadas pelo território, como condição de sobrevivência e valorização cultural.

A identidade cultural é defendida também como identidade territorial e como fator de resistência, ou seja, age no sentido de preservar as relações e os valores sociais estabelecidos, frente a um processo de exclusão motivado pela mercantilização da terra e da vida. De acordo com Almeida (2006) há a politização de termos e denominações de uso local, pelas comunidades tradicionais, para que os sujeitos assim incorporem nos seus discursos de luta a sua designação coletiva, servindo como auto definição e como nova estratégia de luta.

Assim, verifica-se a importância do território nessas relações. No caso dos negros, constituíram uma parcela significativa do campesinato brasileiro e amazônico, desenvolvendo um modo particular de produção e vida no campo. O território é considerado, portanto, o espaço cotidiano, o vivido, no qual a comunidade constitui uma identidade territorial. A identidade territorial é construída tanto no sentido simbólico quanto concreto. Haesbaert (1999, p. 178) afirma que nem toda identidade tem no território um dos fundamentos da sua construção. O autor considera a identidade situada em um espaço simbólico social/historicamente construído. Para Haesbaert (1999), a identidade recorre a dimensão histórica, do imaginário social, e a (re) construção imaginária da identidade envolve eventos e lugares do passado que sejam capazes de fazer sentido na atualidade.

Como a pesquisa encontra-se em andamento, até a escrita deste artigo não foram realizadas as entrevistas, por este motivo, não será feita a discussão aprofundada dos conflitos, tampouco das ações cotidianas de r-existência. De modo geral, será ressaltado a importância das comunidades quilombolas e de sua identidade territorial, pois possuem diferenças e semelhanças quanto à organização dos espaços, da religiosidade e de suas práticas de sobrevivência, sendo a identidade quilombola fundamental na organização e luta diante dos conflitos pelos diferentes usos do território.

### **Territórios e conflitos**

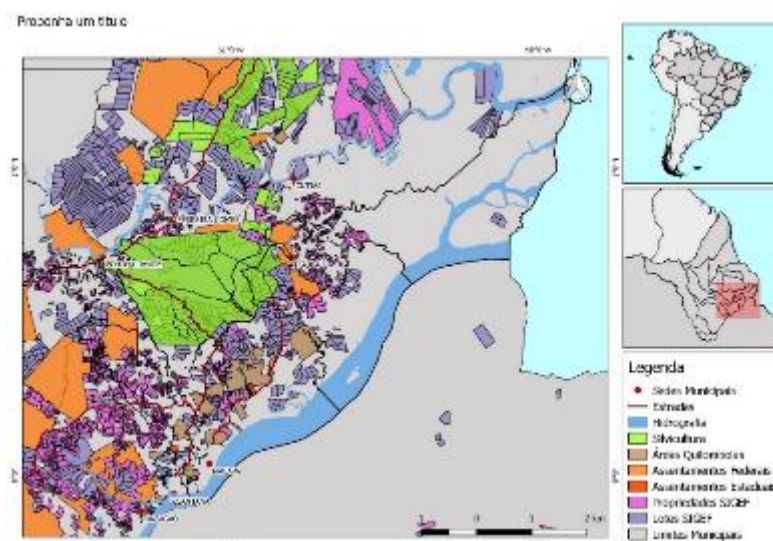
O cerrado do Amapá historicamente é território de pequenas comunidades tradicionais extrativistas e áreas de comunidades quilombolas. Tais comunidades reivindicam há anos a regularização de suas áreas, tanto de forma individual, como de forma coletiva e apresentam diferentes concepções de vida e visões de mundo, podendo falar de temporalidades históricas diferentes quanto à chegada dos novos atores na referida região, estabelecendo-se “novas fronteiras”.

Na interpretação de Martins (2009, p.133), ao abordar a fronteira e sua relação direta com a situação de conflito social, define-a:

*Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.*

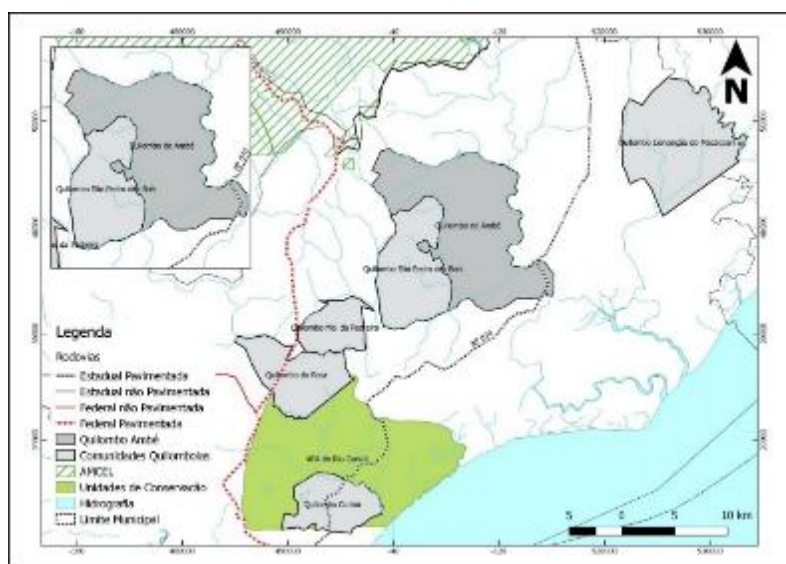
O cerrado, área pretendida para investigação dos conflitos, ao contrário dos outros biomas no estado, recebeu pouca atenção em relação a sua conservação, pois apenas 1% da área total do cerrado está recoberto por unidade de conservação, sendo um fragmento que compõe a Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú.

Silva (2017, p. 231) indica que os conflitos envolvendo as comunidades quilombolas estão presentes em todo o Amapá, pois segundo o autor, entre 2014 e 2015 cerca de 180 famílias quilombolas estiveram envolvidas em conflitos não apenas de cunho litigioso entre fazendeiros e posseiros, mas também por instituições do poder público federal e estadual, em desfavor do interesse das comunidades quilombolas.



**Figura 01: Usos da terra no entorno da área de estudo**  
 Fonte: SOARES, 2016

Com a figura 01 acima demonstra-se a pressão fundiária no entorno das comunidades quilombolas por propriedades privadas. Destaca-se que há nos espaços consolidados do cerrado a silvicultura que há alguns anos expressa conflitos de ordem documental e conflitos com populações de entornos imediatos. E que novas áreas atualmente ocupadas pelo plantio da agricultura de grãos, também ocasionam conflitos com as pequenas comunidades do entorno.



**Figura 02: Localização do Quilombo do Curiaú e Quilombo do Ambé**  
 Fonte: SOARES, 2017.

Dados preliminares sobre a comunidade quilombola do Ambé (figura 02) apontam que a mesma tem seu registro de fundação datado em 07 de junho de 1800. Tal denominação é

devido a existência de grande quantidade de cipó do mesmo nome na localidade, quando a mesma foi descoberta e ocupada por famílias que procuravam campos propícios a criação de gado. O Distrito do Ambé é uma comunidade quilombola pertencente ao município de Macapá, e possui uma população aproximada de 220 pessoas, que compõem 37 famílias, segundo informações da Associação da comunidade.

O acesso a comunidade é feito por via terrestre, e está distante a 77 km de Macapá. Possui 50 km de estrada com pavimentação asfáltica e um ramal de 27 km de estrada não pavimentada. A distribuição de casas na comunidade se dá em volta de um campo de futebol, e no entorno observa-se a igreja e uma escola estadual. Além disso, possui um posto de saúde e um centro comunitário. No centro ocorrem as reuniões do distrito, e é utilizado também para as festividades da comunidade.

A comunidade possui um importante festejo anual, chamado Festa de São Roque, que é o santo padroeiro do lugar, realizado no período de 07 a 16 de agosto, no qual são mantidos os costumes religiosos como missa solene, procissão; além de outras atividades como: danças de Marabaixo, corrida de cavalos, jantar comunitário e baile dançante.

A manifestação religiosa do Ambé em devoção a São Roque faz parte do calendário de eventos folclóricos/religiosos do estado do Amapá. E sua realização acontece a aproximadamente os dois séculos de existência da comunidade, atraindo todos os anos um público de devotos e simpatizantes que acompanha a tradição dos festejos.

Os moradores do Ambé retiram seu sustento da terra, com a agricultura e a pecuária. A regularização do território da comunidade do Ambé encontra-se em estágio avançado, aguardando somente a finalização do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação (RTDI). A área reivindicada é de aproximadamente 12.500 hectares, o que tornará o quilombo do Ambé um dos maiores em área de todo o estado.

Observou-se que a regularização das terras do Ambé é marcada por disputas de interesses econômicos e especulativos, interna e externamente. Verificou-se que membros da comunidade se colocaram contrários à legitimação do território enquanto quilombo. Outro dado também observado, é que o limite reivindicado pela comunidade sobrepõe uma área também reivindicada por outra comunidade quilombola denominada de São Pedro dos Bois, denotando um litígio fundiário entre duas comunidades quilombolas. (SILVA, 2012)

A comunidade do Curiaú (figura 02) está localizada a 8km do centro de Macapá. Possui aproximadamente 160 famílias, com população aproximada de 600 pessoas. Foi o primeiro

quilombo a receber o título definitivo de suas terras no estado do Amapá, segundo Trindade (2015, p. 31):

Em 1987, os moradores do Curiaú organizaram a Associação de Moradores da Comunidade do Curiaú (AMCC). Em 02 de Abril de 1996, a Associação solicitou a regularização fundiária de suas terras com base no Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Três anos depois, em 1999, o Curiaú tornou-se a primeira comunidade quilombola no Amapá, a ter seu título de território quilombola emitido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o que lhes garantiu o direito territorial coletivo de acesso, de uso e de controle sobre os recursos naturais.

O quilombo possui muitas festas de santos, sendo o principal a Festa de São Joaquim, que ocorre de 09 a 18 de agosto. Apresenta atualmente muitos conflitos internos relacionados a terra, devido a não nascidos que passaram a morar dentro da comunidade por meio de casamentos com membros nascidos. Observa-se que com a chegada desses novos moradores muitos conflitos começaram a surgir, muitos destes relacionados ao uso da terra. Além disso, à não observância ao Estatuto que rege a vida no quilombo, ocasiona também novas práticas que não representam a identidade quilombola do lugar.

O que se observa em relação ao quilombo do Curiaú é que não há uma unidade interna, pois para cada dissidência é criada uma associação, o que de certo modo enfraquece a luta e a afirmação identitária diante dos conflitos existentes na atualidade. Geralmente para a tentativa de solução desses conflitos recorrem ao Ministério Público Federal (MPF).

Outra particularidade presente no quilombo do Curiaú são os conflitos quanto ao uso da terra, pois com o advento da APA, os agricultores quilombolas passaram a conviver nesses últimos 15 anos, com uma série de regras de licenciamento para fazerem suas roças, provocando conflitos que são judicializados e que envolvem os órgãos ambientais como: a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto de Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP). (TRINDADE, 2015)

### **Territórios e identidade quilombola**

Os processos de formação de identidades estão relacionados, principalmente, pelo modo de vida das comunidades tradicionais e pelo uso do território. O que se percebe é a afirmação da identidade quilombola pelas comunidades no território como referência de sobrevivência e valorização cultural.

A concepção de terra, como espaço de vivência dos antepassados, espaço de lutas históricas na busca pela cidadania, além de perspectiva de garantia do futuro para as

comunidades, tem acenado a possibilidade da conquista de condições que assegurem a terra, as tradições e, ainda, o cultivo das raízes da própria história, vislumbrando uma vida mais digna diante das desigualdades históricas que marcam os territórios rurais.

Os territórios de quilombo na atualidade não podem ser considerados simples vestígios do passado ou sem relevância para o atual sistema agrário, em especial, amazônico. São espaços de identidade ou de identificação de comunidades rurais. Apresentam-se inicialmente como um espaço cultural de identificação ou de pertencimento relacionados à noção de poder e de afirmação identitária. De acordo com Medeiros (2009, p. 218), “o território é, pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento”.

Para a autora, o território possui aspectos geográficos, sociais e políticos, relacionados à memória, representação e valores. Para os territórios de quilombos, há a formação de um território no qual a identificação étnica o torna indivisível, desse modo, não passível de apropriação individual e de exploração meramente econômica. Percebe-se que representa uma forma de resistência diante das atividades de produção capitalista e de sua expansão no campo.

A manutenção da identidade relacionada ao território tem sido uma das práticas, segundo a qual a identidade, atua como fator de resistência, e age no sentido de preservar as relações e os valores sociais estabelecidos, frente a um processo de exclusão dada a mercantilização da terra e da vida.

A prática da agricultura e o uso da mão-de-obra negra no Amapá são dados importantes para a compreensão da história no que diz respeito aos quilombos existentes na atualidade. A escravidão negra constitui um aspecto importante no entendimento das relações de produção ocorridas, pois, entre as atividades econômicas e organização de mão-de-obra, foi a que maior exigiu desembolsos para o estabelecimento escravista. A respeito do desenvolvimento da escravidão negra e sobre o caráter da agricultura colonial, aponta-nos Cardoso (1984, p.178):

Assim, entre 1750 e 1820 desenvolveram-se, em dúvida, a escravidão africana e a agricultura mercantil. Mas ao lado de algumas *plantations* de peso, e de grandes fazendas de gado (muito extensivas), o mais típico da Amazônia portuguesa foi a proliferação de inúmeros sítios pobres, com poucos escravos (ou sem escravos) e trabalhadores indígenas, eventualmente produzindo artigos de exportação, mas caracterizados sobretudo pelo grande peso das produções de subsistência. A mão-de-obra indígena, por outro lado, embora crescentemente superada pela africana, não desapareceu.

As diversas formas de atividade camponesa se encontram presentes no período colonial brasileiro, em particular na região. A agricultura de subsistência e a formação do mercado



interno demonstram dados importantes sobre a questão do campesinato, desvirtuando-o como fenômeno que só surge tardiamente na história agrária brasileira.

### **Questões atuais sobre as terras no Amapá**

A ocupação das terras do Amapá a partir da abertura de estradas gerou um aumento do número e da superfície de novas propriedades fundiárias. Sendo que o ordenamento das terras não foi uma questão vista como prioritária desde a sua criação do Território, quando suas terras foram desmembradas do Pará, somente 30 anos após a sua criação, em 1973, é que foi elaborado um Projeto Fundiário para o Amapá pelo INCRA.

Assim, a efetivação tardia do Projeto Fundiário possibilitou a regularização e titulação, levando a um avanço do grande capital, pela apropriação de imensas extensões de terras. Segundo Lima e Porto (2008) devido à ausência de uma definição sobre a legalidade da propriedade da terra, bem como a ausência de uma cadeia dominial, tornou difícil a regularização fundiária que ainda hoje são reivindicadas por grandes companhias multinacionais, por pequenos posseiros, por grupos indígenas e por comunidades rurais do Estado do Amapá.

Há quatro décadas a Amazônia vem experimentando movimentos de mudanças nas suas formas de ocupação, e a expansão de atividades econômicas relacionadas a agricultura mecanizada, tem provocado sensivelmente transformações no mosaico da região. O aparecimento de grandes propriedades, reflete uma modificação na organização espacial, sendo a agricultura comercial um exemplo.

A dificuldade na gestão fundiária, aliada ao baixo índice de destinação de terras favorece a proliferação deste tipo de propriedade. Do mesmo modo, o baixo valor cobrado pelas terras associado a sua ampla oferta favorece a aquisição de áreas voltadas ao desenvolvimento agrícola comercial.

As experiências com a agricultura mecanizada já vinham acontecendo na Amazônia Legal, sendo o Amapá um dos últimos estados a ter contato com o cultivo de soja. As especificidades do Estado relacionadas à criação de Unidades de Conservação e instituição de Terras Indígenas, assentadas principalmente sobre a área florestada, influenciou de forma indireta o vetor da ocupação e uso do solo para as áreas de cerrado.

A situação processual de titulação dos territórios quilombolas também apresenta questões a serem analisadas, pois há um elevado número de comunidades remanescentes de

quilombolas no estado do Amapá aguardando as políticas de regularização em seus territórios. Dentre as dificuldades, apresenta-se uma de ordem governamental, que aponta a rigidez nas normas de execução dos trabalhos de regularização.

Outra questão importante a ser interpretada é a falta de unidade política no seio das próprias comunidades tradicionais. Geralmente os mais velhos querem a titulação pois a terra é o seu modo de sobrevivência, a forma de preservar sua identidade territorial, contudo, outros membros, geralmente os mais novos, são contrários a titulação, pois vêem as terras como mercadoria e a possibilidade de negociá-las futuramente, o que com a titulação não seria possível, pois há cláusulas restritivas. Esses conflitos além dos demais apresentados no texto refletem-se na mobilização das lideranças quilombolas e em sua representação atuante e coesa frente aos desafios.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: PPGSCA – UFAM, 2006

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750 – 1817.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec. 2009.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio.; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.217-227.

LIMA, R. Â. P.; PORTO, J. L. R. Ordenamento territorial amapaense: dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira amazônica. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica,** Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/100.htm> Acesso em 30 nov. de 2015.

SILVA, M. G. Territórios Quilombolas no Estado do Amapá: Um Diagnóstico. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Uberlândia/MG, 15 a 19 outubro de 2012.

Disponível em: [www.lagea.ig.ufu.br;xxienga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1308\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br;xxienga/anais_enga_2012/eixos/1308_1.pdf). Acesso em: 18 dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. **A titulação das terras das comunidades tradicionais quilombolas no Brasil:** Análise da atuação do Estado. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2017.

SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Comunidades Quilombolas na Amazônia. **Confins** [Online], 23 | 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/10021>. Acesso em 19 de dezembro de 2015.

TRINDADE, J.S.B. **Lavrando a memória, cultivando a terra:** o direito de dizer e fazer a roça no quilombo do Curiaú-AP. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Belem: UFPA, 2015.